

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
CURSO DE DIREITO – SEMESTRE VIGENTE**

Professor:



Natan Cruz
Colegiado de Direito
Matric. SIAPE 0287566

COMPONENTE CURRICULAR

Código		Disciplina					
DIR015		DIREITO DE FAMÍLIA					
Pré-requisito da disciplina				Pré-requisito para			
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II				DIREITO DAS SUCESSÕES			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
02	01	00	03	34	34		68
Ementa							
Direito de família características. A família. Dimensão constitucional. Casamento e união estável. A família monoparental. Efeitos jurídicos. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Parentesco. Pátrio poder. Alimentos. Tutela e curatela. Ausência.							
Objetivos							
Compreender a lógica que preside a compreensão do Direito de Família através das relações entre os textos legais vigentes, as transformações sociais e as interpretações doutrinárias, auxiliando os acadêmicos a refletirem sobre o tema e instrumentalizando-os para que possam atuar de forma profissional com a temática.							

Conteúdo programático
<ol style="list-style-type: none"> 1. Direito de Família: conceito e conteúdo. Direito Matrimonial, Assistencial, dos Conviventes e Parental. Os novos rumos do Direito de Família na perspectiva civil-constitucional. Entidade familiar. A União Estável. A família monoparental. 2. A família: conceito, características, disciplina jurídica. A teoria da personalidade da família. 3. DIREITO MATRIMONIAL. <ol style="list-style-type: none"> 3.1 O casamento. Conceito, natureza jurídica, pressupostos, impedimentos e causas suspensivas. Legitimidade para oposição. Celebração e prova. Invalidade do casamento. Distinção de inexistência do casamento. Regime especial das nulidades. Causas de nulidade absoluta e de anulabilidade; 3.2 Casamento putativo. A boa fé e a má fé na invalidação do casamento e seus efeitos entre os cônjuges, perante terceiros e em relação à prole; 3.3 Efeitos do casamento. Sociais, pessoais e patrimoniais. Direitos e deveres dos cônjuges; 3.4 Regime de Bens: conceito, características, espécies à luz do antigo e do novo Código Civil. Disciplina jurídica. Doação entre cônjuges e <i>propter nuptias</i>. 3.5 Dissolução da sociedade conjugal. Separação Judicial e Divórcio. O Divórcio no Brasil. A Lei Federal nº 6515, de 26.12.1977 e o novo Código Civil. Efeitos sociais, pessoais e patrimoniais. A Emenda constitucional nº 66 e seus impactos do direito de família. 4. DIREITO DOS CONVIVENTES



Natan Cruz
Colegiado de Direito
Matric. SIAPE 0287566

- 4.1 Do concubinato à União Estável. Evolução.
- 4.2 Distinções quanto as expressões convivente, companheiro e concubino
- 4.2 Pressupostos da união estável: dualidade de sexos e o estado civil dos conviventes.
- 4.3 Características: o conteúdo da relação, a estabilidade e a publicidade. Legislação atualmente em vigor.
- 4.4 Efeitos pessoais ou extrapatrimoniais;
- 4.5 Efeitos patrimoniais: a sociedade de fato, a assistência material direitos sucessórios e previdenciários;
- 4.6 Dissolução da União Estável;
- 4.7 Distinção entre concubinato e união estável no Novo Código Civil.

5. DIREITO PARENTAL

Relações de Parentesco e filiação.

- 5.1 Noções gerais. Parentesco consanguíneo nas linhas retas e colateral, por afinidade e o civil.
- 5.2 Alterações axiológicas introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e atividades interpretativas
- 5.3 As ações de estado: ação negatória de paternidade, ação de investigação de maternidade e paternidade. Aspectos controvertidos. O DNA e a possibilidade de obtenção científica da verdade biológica: efeitos jurídicos
- 5.4 Evolução legislativa do reconhecimento voluntário e judicial da filiação
- 5.5 Filiação adotiva. A filiação no Estatuto da Criança e Adolescente.
- 5.6 O poder familiar poder e seu exercício

6. DIREITO ASSISTENCIAL

- 6.1 Alimentos. Conceito. Fundamentos. Características. Princípios. Regras.
- 6.2 Direito Assistencial.
 - 6.2.1 Tutela. Conceito. Função. Espécies: testamentária, legítima e dativa. Incapacidade para ser tutor. Escusa. Garantia da tutela. Exercício e responsabilidade do tutor. Cessação. Destituição do tutor.
 - 6.2.2. Curatela. Conceito. Fundamentos. Pessoas sujeitas à curatela. A Interdição. Legitimação para requerer. O Curador. O Exercício e a responsabilidade do curador. Limites. Levantamento da interdição.
 - 6.2.3 Bem de família.

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a, no mínimo, duas avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4,0.
2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 6,0.
Eventualmente serão realizados seminários, exigidos fichamentos de textos e implementados outros procedimentos didático- avaliatórios que serão previamente informados aos alunos

Bibliografia

Bibliografia Básica

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. *Direito das famílias*. Salvador: Juspodivm, Última edição.
GAGLIANO, Pablo S. e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: Direito de família*. Vol. VI. São Paulo: Saraiva. Última edição.
MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. Rio de Janeiro: Forense. Última edição.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. Direito de família*. v. 5. Rio de Janeiro: Forense. Última edição.
RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. Rio de Janeiro: Forense, Última edição.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Alvaro Villaça. *Estatuto da família de fato*. São Paulo: Atlas, 2002.

CAHALI, Franciso José. *Contrato de convivência na união estável* – São Paulo: Saraiva, 2002.

CAHALI, Yussef Said. *Dos alimentos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006

CHINELATO, Silmara Juny. Novacs. *Comentários ao código civil: parte especial: direito de família*, vol. 18 (arts. 1.591 a 1710); coord. Antônio Junqueira de Azevedo. – São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, Luís da Cunha. *Tratado de direito civil*. São Paulo: Max Limonad, 1956.

DANTAS, San Thiago. *Direito de família e das sucessões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. São Paulo: RT, Última edição.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, Última edição. v. 5.

ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLF, Martin. *Tratado de derecho civil*. Trad. espanhola de Blas Pérez González e José Algüer. Barcelona: Bosch, 1954.

FACHIN, Luiz Edson. *Comentários ao novo código civil, volume XVIII: do direito de família, do direito pessoal, das relações de parentesco (Arts 1.591 a 1.638)*. – Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. *Elementos críticos do direito de família*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FACHIN, Rosana A. G. *Em busca da família do novo milênio: uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do direito de família brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GOMES, Orlando. *Família*. Rio de Janeiro: Forense, Última edição.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Direito civil aplicado, v. 5. Direito de família*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

LÔBO, Paulo. *Famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOTUFO, Maria Alice Zaratini. *Curso avançado de direito civil, vol. 5: Direito de Família*. Última edição. (coordenação Everaldo Augusto Cambler) – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado, Atualizado por Wilson Rodrigues Alves Bookseller*, 1ª ed., 1999 – Campinas São Paulo – O respectivo volume, 1999.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: Direito de família*, vol. 2. – 39 ed. rev. e atual. por Regina Beatriz Tavares da Silva. – São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira. *Direito de Família, direito matrimonial*, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil. Introdução ao direito civil constitucional*. Rio de Janeiro : Renovar, 1997.

_____. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PEREIRA, Rodrigo. *Concubinato e união estável*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SÍLVIO, Rodrigues. *Direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 6.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil. Direito de família*. v. 6. São Paulo: Atlas, Última edição.

VIANA, Marco Aurélio S. *Curso de direito civil*. Belo Horizonte: Del Rey, Última edição. v. 5.

Data ___ / ___ / ___
 Docente _____

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento
 Programa aprovado em reunião plenária do dia
 ___ / ___ / ___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso
 Programa aprovado em reunião plenária do dia
 ___ / ___ / ___



Natan Cruz
 Colegiado de Direito
 Matric. SIAPE 0287566

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO
FACULDADE DE DIREITO

Professores:

COMPONENTE CURRICULAR

Código DIR040		Disciplina DIREITO PROCESSUAL CIVIL III					
Pré-requisito da disciplina Direito Processual Civil II				Pré-requisito para Direito Processual Civil IV			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
04	00	00	04	68	00	00	68
Ementa							
Estudo dos recursos, ações autônomas de impugnação, uniformização da jurisprudência, rito sumário, algumas procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, incluindo as ações constitucionais e coletivas, e alguns procedimentos especiais de jurisdição voluntária.							
Objetivos							
Proceder ao estudo dos recursos, das ações autônomas de impugnação, do procedimento comum sumário e de alguns dos principais procedimentos especiais.							

Conteúdo programático
<p>UNIDADE I – DOS RECURSOS E DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Teoria geral dos recursos. 2. Ordem do processo nos tribunais. 3. Apelação. 4. Agravos: agravo de instrumento, agravo retido e agravo interno. 5. Embargos de declaração. 6. Embargos infringentes. 7. Recurso ordinário constitucional. 8. Recursos especial e extraordinário. 9. Embargos de divergência. 10. Incidentes em julgamento de tribunal: incidente de uniformização de jurisprudência e incidente de inconstitucionalidade. 11. Reexame necessário. <p>UNIDADE II – AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.</p> <ol style="list-style-type: none"> 12. Ação rescisória. 13. Reclamação constitucional. <p>UNIDADE III – PROCEDIMENTO SUMÁRIO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.</p> <ol style="list-style-type: none"> 14. Teoria geral dos procedimentos. 15. Procedimento sumário. 16. Mandado de segurança. 17. Ação civil pública. 18. Ação popular.



19. Ações possessórias.
20. Ação de usucapião.
21. Nunciação de obra nova.
22. Ação de alimentos.
23. Ação de interdição.
24. Ação de consignação em pagamento.

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a, no mínimo, duas avaliações regimentais assim constituídas:

1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4,0.

2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 6,0.

Eventualmente poderão ser realizados seminários, exigidos fichamentos de textos e implementados outros procedimentos didático- avaliatórios que serão previamente informados aos alunos.

Bibliografia

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. Manual dos recursos. São Paulo: RT, 2012.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de processo civil. São Paulo: Atlas, 2012, v. 2.

DIDIER Jr., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de direito processual civil. 11ª ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2013, v. 3.

SOUZA, Bernardo Pimentel. Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2012, v. 2.

NEVES, Daniel Assumpção. Manual de processo civil. São Paulo: Método, 2012.

THEODORO Jr., Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 1.

Bibliografia Complementar

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O novo processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DIDIER JR., Fredie (coord). Ações Constitucionais, Salvador: Editora Jus Podivm, 2012

KLIPPEL, Rodrigo. BASTOS, Antonio Adonias. Manual de processo civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil. Procedimentos especiais. vol. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo, vols. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, vols. 2, 3 e 4 2011.

SANTOS, Ernani Fidélis dos. Manual de direito processual civil – procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. Belo Horizonte: Del Rey, , vol. 3, 2011.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de processo civil., vol. 1 Tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. Curso de processo civil, volume 1: processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Data ___ / ___ / ___

Docente



Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento
Programa aprovado em reunião plenária do dia
/ /

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso
Programa aprovado em reunião plenária do dia
/ /



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR 044

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	0	0	68

T	P	E

2015.1

EMENTA

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E PROCESSO. JUSTIÇA DO TRABALHO. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO DO TRABALHO. PROCEDIMENTOS DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.

OBJETIVOS

Conhecer a sistemática processual trabalhista e suas singularidades em relação ao processo civil. Estudar a organização e o funcionamento dos órgãos trabalhistas. Entender a simplicidade e o informalismo do Direito Processual do Trabalho. Assimilar a importância da audiência como momento de concentração dos atos processuais e manifestação da oralidade. Apreender os ritos ordinário, sumaríssimo e sumário no Processo do Trabalho e importância da audiência neste modelo processual.

METODOLOGIA

Desenvolver um processo educativo e prático com metodologias interativas e participativas, conferindo ao aluno um papel ativo na construção do conhecimento. Para tanto, serão utilizadas: aulas expositivas; leitura e discussão de textos, notícias e jurisprudência; exibição de vídeos; realização de resenhas e fichamentos; elaboração e apresentação de Trabalho em grupos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria Geral do Processo do Trabalho:
 - 1.1. Conceito de Direito Processual do Trabalho.
 - 1.2. Fontes e relação com os demais ramos jurídicos.
 - 1.3. Princípios Processuais Trabalhistas.
 - 1.4. Conflitos Trabalhistas e seus meios de solução.
2. Organização Judiciária Trabalhista:
 - 2.1. Histórico da Justiça do Trabalho.
 - 2.2. Organização da Justiça do Trabalho.



- 2.3. Ministério Público do Trabalho.
- 2.4. Competência da Justiça do Trabalho.
- 2.5. Acesso à Justiça e Justiça Laboral.

3. Sujeitos processuais trabalhistas:
 - 3.1. Partes, representação e sucessão.
 - 3.2. Substituição processual.
 - 3.3. Intervenção de terceiros.
 - 3.4. *Jus postulandi* das partes.
 - 3.5. Honorários advocatícios.

4. Atos processuais no âmbito trabalhista:
 - 4.1. Atos e termos.
 - 4.2. Prazos processuais
 - 4.3. Distribuição e notificação
 - 4.4. Processo Eletrônico na Justiça do Trabalho.
 - 4.5. Nulidades processuais.

5. Procedimentos Trabalhistas:
 - 5.1. Estrutura geral dos ritos trabalhistas.
 - 5.2. Audiência Trabalhista.
 - 5.3. Ritos Ordinário, Sumaríssimo e Sumário.
 - 5.4. Inquérito Judicial.

6. Reclamação e defesa no processo trabalhista:
 - 6.1. Elementos da petição inicial trabalhista.
 - 6.2. Vícios da petição inicial trabalhista.
 - 6.3. Defesa do Reclamado.
 - 6.4. Exceções do Reclamado
 - 6.5. Reconvenção no âmbito trabalhista.

7. Dilação Probatória:
 - 7.1. Prova documental.
 - 7.2. Prova pericial.
 - 7.3. Interrogatório das partes.
 - 7.4. Prova testemunhal.
 - 7.5. Inspeção Judicial.

8. Sentença Trabalhista:
 - 8.1. Conciliação e seus efeitos.
 - 8.2. Tutela provisória antecipada e de evidência
 - 8.3. Elementos da sentença trabalhista.
 - 8.4. Peculiaridades da sentença trabalhista.



Bibliografia básica:

CARRION, Valentin. Comentários à CLT: legislação complementar/jurisprudência. 39. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 9. ed. São Paulo, SP: LTR, 2011.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto (Cib). Curso de direito processual do trabalho. 1. ed. São Paulo, SP: Marcial Pons, 2014.

Bibliografia complementar:

CAIRO JÚNIOR, José. Curso de direito processual do trabalho. 5. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodium, 2012.

COSTA, Coqueijo. Direito processual do trabalho. 4. ed. rev, atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1995.

MIESSA, Élisson et al. O novo Código de processo civil e seus reflexos no processo do trabalho/ organizador: Élisson Miessa. Salvador, BA: Juspodium, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 29. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. 7. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2010.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento
Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso
Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____



DIREITO PROCESSUAL PENAL II-A

EMENTA:

Prova. Pressupostos e Nulidades Processuais. Procedimento Penal. Processos em Espécie. Sentença. Recursos. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I PROCEDIMENTO ORDINÁRIO: INCIDENTES

A- OBJETIVOS:

Demonstrar os vários incidentes que podem ocorrer na prática processual e as formas previstas em lei para a respectiva solução.

B- QUESTÕES DE ENSINO:

- 1) Questões prejudiciais.
- 2) Incidente de falsidade documental.
- 3) Incidente de insanidade mental do acusado.
- 4) Conflito de jurisdição e de competência.
- 5) Restituição de coisas apreendidas.

C-METODOLOGIA:

Serão ministradas seis (06) horas/aulas expositivas envolvendo casos concretos, com uma postura crítica da legislação.



UNIDADE II- MEDIDAS CAUTELARES

A-OBJETIVOS-

Estudar o processo cautelar sua importância e fundamentos apresentando a matéria dentro de uma sistemática, com a indicação de várias espécies de medidas cautelares no processo penal.

B-QUESTÕES DE ENSINO:

1. Sistematização. Pressupostos gerais das medidas cautelares. Classificação.
2. Medidas Cautelares reais. Espécies. Classificação.
3. Medidas Cautelares pessoais. Espécies. Prisões e outras cautelares diversas da prisão.
4. Prisões provisórias:
 - 4.1. Em flagrante.
 - 4.2. Preventiva.
 - 4.3. Temporária.
5. Liberdade Provisória. Espécies e Fiança.

C- METODOLOGIA:

Serão ministradas 18 aulas expositivas e práticas para a exata conceituação dos diversos institutos e sua posição no plano doutrinário e de direito positivo, com apresentação de casos concretos das diversas medidas cautelares, principalmente as de natureza detentiva.

UNIDADE III- PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

A-OBJETIVOS:

Estudo de diversos tipos de procedimentos especiais no processo penal, com enfoque especial para o procedimento do Júri.

B- QUESTÕES DE ENSINO

1. Classificação dos procedimentos penais.
2. Procedimento do júri. Linhas gerais do procedimento: o sumário de culpa.
 - 2.1. A fase de pronúncia.
 - 2.2. A preparação para o julgamento.
 - 2.3. A sessão de julgamento.
 - 2.4. A instrução em plenário.
 - 2.5. Os debates.
 - 2.6. Questionário e Votação.
 - 2.7. A sentença do juiz presidente.
3. Procedimentos especiais.

C- METODOLOGIA:

Serão ministradas 18 horas, 7 aulas expositivas e também práticas, ensejando visão crítica dos procedimentos especiais e, sempre que possível, com visitas e audiências e sessões de julgamento.

UNIDADE IV-RECURSOS CRIMINAIS

A-OBJETIVOS:

Exposição sistematizada da fase recursal, focalizando pressupostos gerais dos recursos, seus efeitos e espécies, com análise de cada espécie. Para tanto, são destinadas horas/aulas teóricas. Além destas, serão ministradas horas/aulas práticas para o exame de casos concretos.

B- QUESTÕES DE ENSINO

1. Recursos penais. Pressupostos gerais. Classificação. Efeitos.
2. Espécies de Recursos.
 - 2.1. Recurso ordinário constitucional.
 - 2.2. Recurso extraordinário e especial.
3. Ações Autônomas. Revisão criminal, habeas corpus e Mandado de Segurança Criminal.

C- METODOLOGIA:

Serão ministradas 14 horas /aulas versando sobre as questões de ensino e com o objetivo de assinalar os traços e características dessas espécies de recurso e seus pressupostos específicos. Serão ministradas 4 horas/aulas, de cunho prático, dando-se ênfase à interposição, fundamentação à tramitação dos recursos, assim como do habeas corpus e revisão criminal.

UNIDADE V – RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

A- OBJETIVOS:

Estudar as providências adotadas, a nível internacional, para combate á criminalidade, tais como as convenções, tratados e normas supletivas para cumprimento de cartas rogatórias, homologação de sentença estrangeira e sobre a extradição.

B- QUESTÕES DE ENSINO:



1. O Direito Processual Internacional. Tratados e Convenções.
2. As relações entre jurisdição penal nacional, jurisdições de outros Estados soberanos, jurisdição penal internacional, e jurisdição internacional de proteção aos Direitos Humanos.
 - 2.1. Relações entre a jurisdição penal brasileira e a jurisdição penal de outros Estados soberanos: pactos e tratados de cooperação penal internacional.
 - 2.2. Relações entre a jurisdição penal brasileira e a jurisdição penal supranacional: o Tribunal Penal Internacional.
 - 2.3. Relações entre a jurisdição penal brasileira e a jurisdição penal supranacional: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
3. Homologação de Sentença estrangeira. Carta Rogatória.
4. Extradicação.

C- METODOLOGIA:

As questões de ensino serão objetivo de quatro (04) horas/aulas expositivas, com a discussão de casos concretos, possibilitando a visão global do problema nos dias atuais, dando-se ênfase ao nosso direito positivo.



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. Canuto Mendes de. **Princípios fundamentais do processo penal**.
- ARAS, Vladimir. Cooperação penal internacional no projeto do novo CPP. In: ARAÚJO, Fábio Roque; ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **O projeto do novo código de processo penal**. Salvador: JusPodivm, 2012.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan.
- BINDER, Alberto. **Introdução ao direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito processual penal**. Vol. I;
- DUCLERC, Elmir. **Direito Processual Penal**, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- FARIA, Bento de. **Código de Processo Penal**.
- FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y razón: teoríadelgarantismo penal**. Trotta.
- FRANCO, Ary Franco. **Código de Processo Penal**.
- GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover. **O Processo em sua unidade**.
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional, vol I**. Lumen Juris.

_____. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**,
vol II. Lumen Juris.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. vol. I;

MENDONÇA, Andrey Borges. **Prisão e outras medidas cautelares pessoais**. São Paulo:
Método, 2011.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Direito Processual Penal**.

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli; FISCHER, Douglas. **Comentários ao código de processo
penal e sua jurisprudência**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PIMENTEL, Fabiano. **O overruling como fundamento para a revisão criminal**. 1. ed.
Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2015. v. 01. 266p .

QUEIROZ, Paulo. **Direito penal: parte geral**. Lumen Juris.

TORNAGHI, Hélio. **Instituições de processo penal**.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. Saraiva.

ZAFFARONI, E. Raúl et al. **Direito penal brasileiro I: teoria geral do direito penal**.
Revan.





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
COORDENADORIA DO CURSO DA GRADUAÇÃO

PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL I

EMENTA:

Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional diversos operadores jurídicos, na área específica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Estruturação da organização judiciária no país. Análise prática das leis orgânicas.
2. Os papéis dos operadores do direito: advogado, magistrado, membro do Ministério Público. Atribuições de titulares, escritórios e serventias.
3. Elaboração de procurações públicas e particulares.
4. Elaboração de contratos cíveis e comerciais.
5. Elaboração de petições iniciais, contestações, exceções, reconvenções.
6. Casos práticos ensejadores de julgamento antecipado da lide.
7. Saneamento de processo. Elaboração de decisões.
8. Simulação de audiências.
9. Pesquisa jurisprudencial.
10. Análise de opiniões doutrinárias divergentes.

Observações:

- a) a carga horária se completará, obrigatoriamente, com o comparecimento dos discentes em audiências, nos juízos família, cíveis e comerciais, juizados especiais, juizados de pequenas causas, câmaras cíveis do Tribunal de Justiça, Varas da Justiça Federal. Também, visitas a cartórios de registro de pessoas, de imóveis, de protesto e tabelionatos.
- b) deverão ser utilizados processos arquivados, obtidos a partir de convênios com a Justiça.
- c) deverão ser promovidos seminários com enfoque exclusivamente prático sobre os temas.

me
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA





Faculdade de Direito da UFBA



Nome e código do componente curricular: Direito Empresarial		Departamento: Direito Privado	Carga Horária: T 68 P 00 E 00
Modalidade: Disciplina	Função: Profissional	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Direito dos Contratos		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Noções e fontes. Atos de comércio. Teoria da empresa – Empresário (comerciante) – Capacidade para comerciar - Impedimentos – Proibições – a empresa – nome empresarial – colaboradores (auxiliares da empresa) – Obrigações profissionais do comerciante – Identificação da empresa – Nome empresarial – Fundo de comércio – Registro de comércio – Alienação do estabelecimento – Locação empresarial – Títulos de crédito.			
Bibliografia: Ascarelli, Tulio - Teoria Geral dos Títulos de Crédito Bertoldi, Marcelo M. - Curso Avançado de Direito Comercial Editora Revista dos Tribunais - 2001 Carvalho, Modesto - Comentários ao Código Civil Artigos 1.052 a 1.195, Vol. 13, - Editora Saraiva - 2003 Chrysippo de Aguiar, Antonio - Direito Civil - Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio Halley Editora - 2006 Coelho, Fábio Ulhoa Coelho - Curso de Direito Comercial - Editora Saraiva Fazzio Junior, Waldo - Manual de Direito Comercial - Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas - Editora Atlas - 2005 A idéia central da observação Mamede, Gladston - Empresa e Atuação Empresarial - 2004 - Títulos de Crédito - 2006 - Falência e Recuperação de Empresas Editora Atlas - 2006 Munhoz, Eduardo Secchi Empresa Contemporânea e Direito Societário Editora Juarez de Oliveira - 2002 Martins, Fran Títulos de Crédito Editora Forense Oliveira, Marcelo de Oliveira Comentários à Nova Lei de Falências Thomsom - IOB - 2005 Paes de Almeida, Amador Teoria e Prática dos Títulos de Crédito Editora Saraiva - Requião, Rubens - Curso de Direito Comercial; - Curso de Direito Falimentar Editora Saraiva Silva Pacheco, José - Processo de Falência e Concordata Edição Revista Forense - 1999 - Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência Editora Forense - 2006			



**FACULDADE DE DIREITO DA UFBA
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO**

DIREITO COMERCIAL I

1. Noção e Fontes.

- a) Aspectos históricos. Evolução.
- b) Conceitos. Direito Comercial e Direito Econômico.
- c) Autonomia.
- d) Fontes. Leis comerciais. Usos e costumes.
- e) Características.

2. Atos de Comércio.

- a) Aspectos gerais e teóricos.
- b) Teoria de Alfredo Rocco.
- c) Sistemas.
- d) Elementos contidos no direito brasileiro.

3. Do Comerciante.

- a) Empresário comercial.
- b) Conceitos e aspectos definidores.
- c) Espécies.

4. Capacidade para comerciar.

- a) Condições para o exercício da atividade comercial.
- b) Capacidade.
- c) Mulher.
- d) Incapacidade.
- e) Menor comerciante.
- f) Autorização.
- g) Suprimento.
- h) Menor como sócio de sociedade comercial.
- i) Interdito.
- j) Funcionários públicos.
- k) Incompatibilidades.
- l) Proibição.
- m) Falido.

5. A Empresa.

- a) Noção.
- b) Conceitos.
- c) Abstração.
- d) Distinções: sociedade.
- e) Microempresa - Empresa de pequeno porte.

6. Obrigações Profissionais do Comerciante.

- a) Registro das contas.
- b) Contabilidade.
- c) Auditoria Contábil. Independente,



- d) Livros Comerciais.
- e) Sistemas.
- f) Valor probante dos livros comerciais.
- g) Exibição dos livros comerciais - em juízo. Recusa de exibição judicial.
- h) Sigilo dos livros comerciais.
- i) Conservação escrituração comercial - prescrição.

7. Identificação da empresa

- a) Conceito
- b) Natureza jurídica
- c) Espécies
- d) Sistemas
- e) Exclusividade e alienabilidade.

8. Fundo de Comércio.

- a) Aviamento.
- b) Clientela : Conceito.
- c) Concorrência desleal.
- d) Desvio de clientela.
- e) Convenções de não concorrência. Cláusula de não restabelecimento
- g) Convenções lícitas.
- h) Cláusulas restritivas.

9. Registro do Comércio.

- a) Tribunais do Comércio.
- b) Juntas Comerciais : atribuições.
- c) Registro público - matrícula - arquivamento.
- d) Proteção.

10. Dos Auxiliares do Comércio.

- a) Colaboradores da empresa.
- b) Conceito e Classificação.
- c) Auxiliares dependentes internos: Gerentes - empregados - contadores (guarda-livros).
- d) Auxiliares dependentes externos : Vendedores viajantes e praticistas.
- e) Auxiliares independentes.
- f) Corretores.
- g) Leiloeiros.
- h) Representantes comerciais.

11. Títulos de Crédito.

- a) Conceito.
- b) Autonomia.
- c) Abstração.
- d) Formalismo.
- e) Inoponibilidade das exceções. Circulação.
- g) Títulos nominativos.
- h) Títulos à ordem.
- i) Títulos ao portador.
- j) Títulos não à ordem.
- k) Títulos de crédito próprios.
- l) Títulos de crédito impróprios.
- m) Títulos de legitimação.
- n) Títulos de Participação.

- o) Títulos abstratos e causais.
- p) Espécies de Títulos de Crédito.

I - LETRA DE CÂMBIO

- a) Histórico.
- b) Conceito.
- c) Lei nº. 2.044 de 1908.
- d) Lei Uniforme.
- e) Reservas à Lei Uniforme.

II - NATUREZA JURÍDICA DA LETRA DE CÂMBIO

- a) Características.
- b) Emissão. Criação. Formalismo - Rigor Cambiário.
- c) Requisitos.
- d) Modalidades.
- e) Circulação.
- f) Endosso - espécies: em preto; em branco; cadeia de endossos; transferência; responsabilidade.
- g) Endosso-mandato.
- h) Endosso parcial.
- i) Endosso "sem garantia".
- j) Aceite - Recusa total ou parcial.

III - AVAL

- a) Conceito.
- b) Requisitos.

IV - VENCIMENTO

- a) Modalidades: à vista; dia certo; certo termo da data; certo termo da vista.
- b) Efeitos.
- c) Ação regressiva.

V - PAGAMENTO.

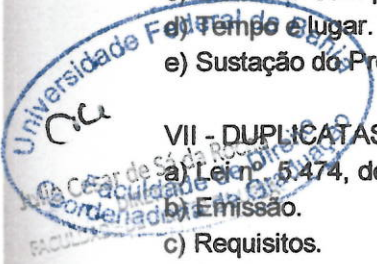
- a) Tempo da apresentação.
- b) Lugar do pagamento.
- c) Pagamento por intervenção.
- d) Efeitos.
- e) Moeda do pagamento. Falta de pagamento.
- g) Recusa do pagamento.
- h) Ressaque.

VI - PROTESTO

- a) Modalidades.
- b) Efeitos.
- c) Cláusula "sem protesto".
- d) Tempo e lugar.
- e) Sustação do Protesto. Anulação - Cancelamento.

VII - DUPLICATAS.

- a) Lei nº. 5.474, de 1968.
- b) Emissão.
- c) Requisitos.
- d) Aceite.



- e) Retenção.
- f) Garantias.
- g) Protesto - por indicação.
- h) Triplicata.
- i) Escrita especial.

VIII - NOTA PROMISSÓRIA.

- a) Conceito.
- b) Requisitos.

IX - CHEQUE

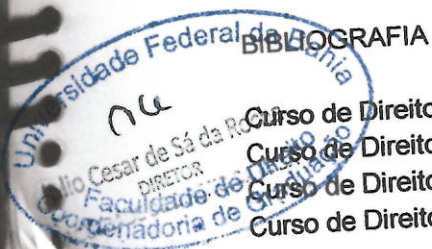
- a) Conceito.
- b) Noções - Direito uniforme.
- c) Natureza jurídica.
- d) Uso no Brasil.
- e) Criação - emissão.
- f) Requisitos.
- g) Endosso.
- h) Apresentação.
- i) Pagamento à vista.
- j) Cheque marcado.
- k) Cheque visado.
- l) Moeda do pagamento.
- m) Cheque cruzado.
- n) "Travellers checks".
- o) Cheques bancários. Administrativo. De caixa.

X - OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO

- a) Crédito Rural.
- b) Cédulas de Crédito Rural.
- c) Cédula Rural Pignoratícia.
- d) Cédula Rural Hipotecária.
- e) Nota de Crédito.
- f) Nota Promissória rural.
- g) Cédula de Crédito Industrial.
- h) Nota de Crédito Industrial.
- i) Certificado de Depósito bancário.
- j) Letra hipotecária.
- k) Letras imobiliárias.
- l) Títulos representativos: Conhecimento de depósito "warrant" Conhecimento de transporte.
- m) Contas correntes bancárias garantidas.

XI - EXCEÇÃO DE PRÉ EXECUTIVIDADE

- a) Aspectos legais.
- b) Oponibilidade.
- c) Admissibilidade.



Curso de Direito Comercial, Dylson Doria
Curso de Direito Comercial - Volumes I e II, Fábio Ulhoa Coelho
Curso de Direito Comercial, Fran Martins
Curso de Direito Comercial - Volumes I e II, Rubens Requião, Editora Saraiva

<http://www.direitoufba.com.br/disciplinas/pag07.html>

Tratado de Direito Comercial, Waldemar Ferreira
Tratado de Direito Comercial Brasileiro, José Xavier Carvalho de Mendonça
Direito Comercial, Waldirio Bulgarelli
Contratos Mercantis, Waidírio Bulgarelli
Títulos de Crédito, Fran Martins
Títulos de Crédito, Waldirio Bulgarelli

nc
Julio Cesar de Sá da Rocha
Diretor





**FACULDADE DE DIREITO DA UFBA
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO**

DIREITO DAS SUCESSÕES

Unidade I

- a) Conceito
- b) Modalidades

Unidade II

- a) Abertura da sucessão
- b) Declaração dos bens
- c) Aceitação da herança
- d) Renúncia da herança
- e) Cessão

Unidade III

- a) Sucessão legítima
- b) Vocação hereditária
- c) Direito de representação
- d) Sucessão na união estável
- e) Comorientes
- f) Herança jacente

Unidade IV

- Indignidade - Conceito - Efeitos

Unidade V

- a) Os testamentos, em geral
- b) Formas ordinárias
- c) Formas espécies
- d) Os legados
- e) Direito de acrescer
- f) Redução das disposições testamentárias
- g) Substituições
- h) Deserdação
- i) Revogação dos testamentos
- j) Nulidade do testamento
- k) O testamento

Unidade VI

- a) Bens sujeitos ao inventário
- b) O inventariante
- c) Colação
- d) Habilitação de créditos

- e) Partilha, espécies Bens sonegados
- g) Sobrepartilha

BIBLIOGRAFIA

- GOMES, Orlando - "Direito das Sucessões", Ed. Forense
- PEREIRA, Caio Mário S. - "Instituições de Direito Civil", V.6, Ed.Forense.
- WALD, Arnold - "Curso de Direito Civil Brasileiro" - Direito das Sucessões, Ed. Sugestões Literárias.
- RODRIGUES, Silvio - "Direito Civil, Vol.7, Ed. Max Limonad.
- BARROS, Washington de - "Curso de Direito Civil", Vol.6, Ed.Saraiva
- DINIZ, Maria Helena - "Curso de Direito Civil Brasileiro", Vol.6, Ed.Saraiva.

nce
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO
FACULDADE DE DIREITO

Professores:

COMPONENTE CURRICULAR

Código DIR041		Disciplina DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV					
Pré-requisito da disciplina Direito Processual Civil III				Pré-requisito para Temas Aprofundados de Direito Processual Civil e Procedimentos Especiais Cíveis			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
04	00	00	04	68	00	00	68
Ementa							
Estudo do processo cautelar (visão geral e alguns procedimentos cautelares), do processo de execução (natureza, objeto, títulos executivos, fraude à execução, liquidação de sentença, diversas espécies de execução, suspensão e extinção do processo de execução, remição, embargos do devedor, exceção de pré-executividade) e da ação monitoria.							
Objetivos							
Proceder ao estudo do processo cautelar, da execução cível e da ação monitoria.							

Conteúdo programático
<p>UNIDADE I – TUTELA CAUTELAR.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Teoria geral do processo cautelar. 2. Ação cautelar nominada. 3. Arresto. 4. Sequestro. 5. Atentado. 6. Produção antecipada de provas. 7. Protestos, notificações e interpelações. 8. Justificação. <p style="text-align: right;"></p> <p>UNIDADE II – PROCEDIMENTO MONITÓRIO.</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Ação monitoria. <p>UNIDADE III – TUTELA EXECUTIVA.</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. Teoria geral da execução. 11. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 12. Responsabilidade patrimonial. 13. Competência executiva. 14. Processo de execução de quantia certa contra devedor solvente. 15. Embargos à execução e exceção de pré-executividade. 16. Espécies e procedimento de liquidação. 17. Cumprimento de sentença (processo sincrético e processo autônomo de execução). 18. Execução provisória 19. Execução contra a Fazenda Pública. 20. Execução fiscal.

21. Execução de prestação alimentar.	
Metodologia	
Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais.	
Avaliação	
Os alunos serão submetidos a, no mínimo, duas avaliações regimentais assim constituídas: 1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4,0. 2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 6,0. Eventualmente poderão ser realizados seminários, exigidos fichamentos de textos e implementados outros procedimentos didático- avaliatórios que serão previamente informados aos alunos.	
Bibliografia	
Bibliografia Básica	
ASSIS, Araken de. Manual da execução. São Paulo: RT, 2012.	
DIDIER Jr., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria; BRAGA, Paula Sarno; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de direito processual civil. 5ª ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2013, v. 5.	
DINAMARCO, Cândido. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros Ed. 2011, v. 4.	
NEVES, Daniel Assumpção. Manual de processo civil. São Paulo: Método, 2012.	
THEODORO Jr., Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 2.	
SILVA, Ovídio Baptista da. Do processo cautelar. Rio de Janeiro: Forense, 2008.	
Bibliografia Complementar	
BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O novo processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010.	
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, vol. II e III, 2012.	
KLIPPEL, Rodrigo. BASTOS, Antonio Adonias. Manual de processo civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. São Paulo: Atlas, 2011.	
MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil, volume 3: execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.	
_____. Curso de processo civil, volume 4: processo cautelar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.	
SANTOS, Ermani Fidélis. Manual de direito processual civil. vol. 2. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.	
SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de processo civil, volume I, Tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 2008.	
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo: introdução ao processo civil. São Paulo: Saraiva, vol. 2, 2012.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. O cumprimento da sentença e a garantia do devido processo legal. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.	
_____. A reforma da execução do título extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2007.	
Data ___ / ___ / ___	
Docente	

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento Programa aprovado em reunião plenária do dia / /	Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso Programa aprovado em reunião plenária do dia / /



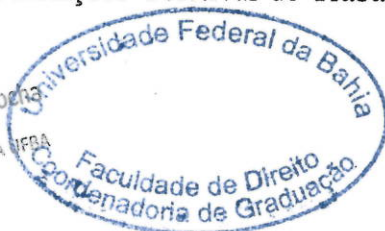
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E SINDICAL

1. Evolução histórica , ideológica e jurídica do Direito Coletivo do Trabalho: a história do movimento sindical; o referencial ideológico do sindicalismo; a evolução jurídica dos institutos do Direito Coletivo do Trabalho; o sindicalismo no Brasil; o sindicato nas Constituições
2. A desestatização das relações de trabalho. Negociações coletivas.
3. A natureza e o desenvolvimento dos sindicatos: evolução histórica; conceito; natureza jurídica; posição face ao Estado; prerrogativas e deveres; atuação.
4. A liberdade sindical. Unidade e pluralidade sindical.
5. A organização sindical: sindicalização urbana e rural; sindicalização dos servidores públicos; a contribuição sindical; fases do modelo de comportamento elementar: organização contratação e luta.
6. As fórmulas de pressão.
7. Substituição judicial em defesa da categoria profissional.
8. Os contratos coletivos de trabalho: a influência das obras de Philip Lotmar e Hugo Sinzheimer no estudo da matéria; natureza jurídica; sujeitos da relação coletiva de trabalho; elementos: parte normativa, parte obdgcional e parte institucional; efeitos do contrato coletivo ante o contrato individual; revisão e extensão.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de - Liberdade sindical individual, in *Direito Sindical Brasileiro. Estudos em homenagem ao Prof. Arion Sayão Romita.* Coord. Ney Prado. Ed. LTr. S.Paulo. 1998.
- AROUCA, José Carlos - *Repensando o sindicato.* Ed. LTr. S.Paulo. 1998.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos - *Sindicatos. Sindicalismo.* Ed. LTr. S. Paulo. 1992.
- Benites Filho, Flavio Antonello - *Direito Sindical Espanhol.* Ed. LTr. S.Paulo. 1997. Págs. 197.
- CABANELLAS, Gustavo e RUSSOMANO, Mozart Victor. *Conflitos Coletivos de Trabalho.* Ed. Revista dos Tribunais. S. Paulo. 1979.
- CATHARINO, José Martins. *Tratado Elementar de Direito Sindical.- Doutrina, Legislação.* 211 edição. São Paulo. LTr. 1982.
- CAUPERS, João e MAGALHÃES, Pedro. *Relações Colectivas de Trabalho.* Empresa Literária Fluminense Lda. Lisboa. 1978.
- CESARINO JR., Antonio Fonseca. *Direito Social.* São Paulo: LTr. 1980. Ciência Jurídica do Trabalho. Salvador.
- FERNANDES, Antonio Monteiro - *Direito de Greve.* Livraria Almedina. Coimbra. 1982. Pág. 81. FRANCO FILHO, Georgenor de Souza Coord.) - *Curso de Direito Coletivo do Trabalho.* FRANCO NETO, Georgenor de Sousa - *Liberdade sindical e direito de greve no direito comparado.* Ed. LTr. S.Paulo. 1992.
- FREITAS, Manuel Mendes de - *Convenção e acordos coletivos,* in *Curso de Direito Coletivo do Trabalho. Estudos em Homenagem ao Min. Orlando Teixeira da Costa.* Coord. Georgenor de Sousa Franco Filho. Ed. LTr. S.Paulo. 1998.
- GOTTSCHALK, Elson - *O sujeito ativo do direito de greve na Constituição Federal de 1988,* in *Relações Coletivas de Trabalho.* Coord. de João de Lima Teixeira Filho

72
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA



- LOPES, Monica Sette - A convenção coletiva e a sua força vinculante. Ed. LTr. S. Paulo. 1998.
- LUNARDI, Adovaldo - Contrato Coletivo de Trabalho. Ed. LTr. S.Paulo. 1996.
- MAZZONI, Giuliano - Relações Coletivas de Trabalho - Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo. 1972.Pág.295.
- NASCIMENTO, Amaud Mascaro - Conflitos Coletivos de Trabalho. Ed. Saraiva. S. Paulo. 1978. Págs.203.
- OLIVEIRA, Paulo Eduardo Vieira de - Convenção coletiva de trabalho no direito brasileiro. Ed. LTr. S.Paulo. 1996.
- PAULON, Carlos Artur - As cláusulas sindicais e a liberdade sindical, in Sindicalismo. Estudos em homenagem ao Prof. José Martins Catharino. Coord. Arion Sayão Romita. Ed. LTr. S. Paulo. 1986.
- PAZZIANOTTO, Almir - Negociação. Reflexões & Críticas. Ed. Casa da Qualidade. Salvador 1995.
- PÉREZ DE CASTILLO, Santiago - O Direito de Greve. Ed. LTr. S. Paulo. 1994.
- PIMENTEL, Marcelo - Não Existe Direito Absoluto de Greve. S/Ed. Brasília. 1990.
- PRUNES, José Luiz Ferreira - A greve no Brasil. Ed. LTr. S.Paulo. 1986. Págs. 204 e 213.
- ROMITA, Arion Sayão (Coord.) - A Greve no Setor Público e nos Serviços Essenciais. Genesis Ed. Curitiba. 1997.
- ROZICKI, Cdstiane - Aspectos da Liberdade Sindical. Ed. LTr. S. Paulo. 1998. Págs. 184.
- RUPRECHT, Alfredo - Conflitos coletivos de trabalho. Trad. J.L. Ferreira Prunes. Ed. Ltr. S.Paulo. 1979.
- SADY, João José - Curso de Direito Sindical. Ed. LTr. S. Paulo. 1998.
- SILVA, Otávio Pinto - A Contratação Coletiva como Fonte do Direito do Trabalho. Ed. LTr. S. Paulo. 1998. Págs. 96.
- SINAY, Hélène e JAVILLIER, Jean Claude - La grève. Ed. Dalloz. Paris. 1984.211 ed- pág. 451.
- SINOPOLI, Govane - Natureza Jurídica da Greve, in Direito de Greve. Cocwd. de Amaud Mgscaro Nascimento e Pedro Vidal Neto. Ed. LTr. S. Paulo. 1984. Págs. 18.
- SIQUEIRA NETO, José Francisco - Contrato Coletivo de Trabalho. Ed. LTr. São Paulo. 1991. Págs. 125.
- SOSSEKIND, Amaido et alli - Instituições de Direito do Trabalho. Ed. LT-r. S. Paulo. 1611 ed. 1996 Voi., 11. Págs. 1192 e 1221.
- TEIXEIRA JUNIOR, João Régis - Convenção coletiva de trabalho. Ed. LT-r. São Paulo. 1994.
- VIDAL NETO, Pedro - O Direito de Greve: evolução histódca, in Direito Sindical Brasileiro. coord. Neí Prado. Ed. LTr. S. Paulo..1998. Págs. 302.
- ZANGRANDO, Cados Henrique Souza- A Greve no Direito Brasileiro.Ed.

72

Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Direito
Coordenadoria de Graduação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
COORDENADORIA DO CURSO DA GRADUAÇÃO

PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL II

EMENTA:

Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional de diversos operadores jurídicos, na área específica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

11. Debates orais simulados. Elaboração de memoriais substitutivos de debates orais.

12. Elaboração de sentenças. Processos nos Tribunais.

1. Elaboração de agravos de instrumento, embargos de declaração, embargos infringentes, apelações, agravos regimentais, recursos especial e extraordinário.
2. Elaboração de contra-razões de recursos.
3. Simulação de audiências e de julgamentos colegiados.
4. Elaboração de processos de execução e de embargos à execução.
5. Elaboração de processos cautelares.
6. Simulação de sustentações orais.
7. Estudos de casos reais à vista de processos judiciais arquivados.
8. Prática de arbitragem, conciliação e mediação.

Observação: a) a carga horária se completará, obrigatoriamente, com o comparecimento dos discentes em audiências nos juízos de família, cíveis e comerciais, juizados especiais, juizados de pequenas causas, câmaras cíveis do Tribunal de Justiça e Varas da Justiça Federal. Também, visitas a cartórios de registro de pessoas, de imóveis, de protestos e tabelionatos.

- b) deverão ser utilizados processos arquivados, obtidos a partir de convênios com a Justiça.
- c) deverão ser promovidos seminários com enfoque exclusivamente prático sobre os temas.

me
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA

